

## PENSAR O ACONTECIMENTO\*

*Jurandir Malerba\*\**

### **Resumo**

O texto discute a noção de acontecimento, reconstrói suas definições e problematiza seus sentidos. Fatos são nada mais nem menos que construtos intelectuais, uma armação teórica em forma narrativa. Os acontecimentos únicos e singulares passados não são o que se busca restituir quando se escreve um trabalho de história: são horizontes utópicos, inatingíveis, mitos referenciais para a operação intelectual de reconstrução histórica.

Palavras-chave: Acontecimento, fatos, história.

### Apresentação

O objetivo desta argumentação é pôr em foco aquilo que os historiadores científicos do século XIX entendiam como a “unidade” de conhecimento da história: o acontecimento. Partiremos de algumas diferenciações e definições (de fato, acontecimento, evento); passaremos pela questão da suposta objetividade do fato, pelo questionamento dos atributos que o elevam à condição de histórico e por sua relação com a

---

\* Parte de um curso ministrado no Programa de Pós-graduação da Universidade de Passo Fundo (RS), de 26 a 30 de agosto de 2002.

\*\* Visiting scholar junto ao Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, bolsista do CNPq.

memória. E procuraremos iniciar a discussão sobre suas relações insidiosas com as famigeradas estruturas. O texto se divide em duas partes: uma primeira, na qual se apresentam definições de acontecimento por teóricos conceituados; uma segunda, da qual partimos para suas necessárias problematizações.

Para começar, lançaremos ao ar algumas frases soltas e deliberadamente provocadoras, sobre as relações entre acontecimento(s) e estrutura(s):

1. A estrutura é um acontecimento na longa duração;
2. As estruturas são ordens de acontecimentos de natureza e duração diversa;
3. O acontecimento é uma trama constituída de ordens de estruturas de natureza diversa;
4. Portanto, acontecimentos e estruturas não se constituem em entidades ontológicas, já que o mundo real, que existe, é um caos;
5. Acontecimentos e estruturas pertencem ambos ao mesmo plano existencial conceitual, mas conceitos não são arbitrários; antes, é o “mundo real” que desenha os instrumentos gnosiológicos por meio dos quais os homens põem-se a conhecer esse mesmo mundo, expressando-o em formas narrativas chamadas historiografia.

## Definições

### A concepção *événementielle* de acontecimento

As polêmicas em torno do estatuto do texto histórico, da narrativa histórica, que eclodiram nas últimas duas ou três décadas, tiveram como um dos pontos de partida as formas tradicionais de narrativa histórica. Refiro-me particularmente àquelas quatro maneiras de escrita histórica do século XIX, cujo realismo Hayden White contestou em seu clássico *Meta-história*: o da estória Romanesca à la Michelet, o da comédia à la Ranke, o da tragédia à la Tocqueville, o da sátira à la Burckhardt.

Mas as concepções fundamentais de acontecimento são costumeiramente ligadas a uma dessas tradições, a rankeana, que atravessa o século XIX e entra no XX como um modelo hegemônico de

escrita histórica que tinha no “fato histórico” seu ponto de chegada. Veremos adiante que essas distinções entre fato e acontecimento são mais sutis do que se pode pensar à primeira vista.

De modo geral, está mais ou menos assentado que foi contra uma história dos acontecimentos, *événementielle* – na expressão que Paul Lacombe consagrou –, que se insurgiram os historiadores fundadores dos *Annales* e todos aqueles que, dentro das ciências humanas da época, posicionavam-se contra a historiografia oficial, dita positivista. Foi em oposição a ela que se construiu ao longo do século XX uma história estrutural.

### A narrativa dos acontecimentos

Vamos partir de um ponto consensual: o de que toda história escrita, toda história narrada em prosa dentro de cânones mais ou menos difundidos entre os historiadores, enfim, o de que toda historiografia é sempre uma forma de representação da história. Até aí, não há problema. Eles surgem quando se discute a existência (ou não) de um substrato, de um referente à narrativa histórica que seja exterior ao texto – para ficarmos no ambiente semiológico dos termos da questão.

Quanto a esse ponto, damos as mãos a R. Koselleck (1993). Em um texto seminal, que evocaremos inúmeras vezes, o historiador dos conceitos ensina que as questões acerca da representação, acerca de até que ponto a história-conhecimento narra quando descreve, apontam para diferentes tramas temporais do movimento histórico. A descoberta de que uma “história” está desde sempre já pré-formada (como White diria, prefigurada) extralingüisticamente não apenas limita o potencial de representação, como também reclama do historiador estudos objetivos de existência das fontes. Isso aponta para indicadores muito diferenciados dos decursos temporais. Por isso, do ponto de vista do historiador, podem-se inverter os termos da pergunta: trata-se de diferentes extratos de tempo que exigem respectivamente distintas formas de intervenção.

Portanto, desde já, tanto estruturas quanto acontecimentos podem ser entendidos como modalidades temporais que exigem estratégias narrativas diferenciadas:

Antecipando minha tese: na *praxis* não se pode sustentar um limite entre narração e descrição, mas na teoria dos tempos

históricos, os planos de uma trama temporal diferente não se podem relacionar de forma mútua e completa.

Para esclarecer essa tese, partirei, em princípio, de que “os acontecimentos” só podem ser narrados e as “estruturas” descritas. (KOSELLECK, 1993, p. 141)

Fica claro em Koselleck que, quando narramos um acontecimento, nosso discurso se remete a algo cuja existência num plano ontológico é incontestável. A realidade do acontecimento é tomada como pressuposto:

Os acontecimentos, que se delimitam *ex post* na infinitude do suceder, podem ser experimentados pelos contemporâneos afetados como um contexto de acontecimentos, como uma unidade de sentido que se pode narrar. Em princípio, o marco dentro do qual uma soma de incidentes se reúnem em um acontecimento é a cronologia natural. No sentido do curso histórico do tempo, existe um limite para a divisão (Simmel) por sob o qual se decompõe o acontecimento. Só com um mínimo de anterioridade e de posterioridade se consegue a unidade de sentido que forma um acontecimento a partir dos incidentes. No contexto de um acontecimento, o que é anterior e posterior, pode ampliar-se; mas sua consistência acaba aderida, de qualquer maneira, ao curso do tempo. A própria intersubjetividade do contexto de um acontecimento, já que o realizam sujeitos ativos, tem que estar fixada no retículo de uma série temporal. (KOSELLECK, 1993, p. 141)

Portanto, o acontecimento exige a sucessão e está ao alcance dos sujeitos conscientes que o experimentam.

O realismo epistemológico dos acontecimentos naturais e acontecimentos humanos

Podemos avançar na tentativa de desconstrução do conceito de acontecimento se recuarmos a concepções assentadas. Não cabe uma longa digressão para recuperar que a sociologia, que nascia no final do século XIX, como a queria Durkheim, quis fugir da especulação metafísica para construir-se como uma ciência do social. Para tanto, para aproximar-se do paradigma de ciência então vigente, proclamou como

seu objeto o fato social, o fato como unidade do conhecimento sociológico, dado bruto, empírico, contábil, mensurável.

Também os historiadores, nessa época heróica das ciências humanas, seguiram a mesma trilha. Quiseram o acontecimento como unidade do conhecimento histórico, concepção que vigorou até estar adiantado o século XX.

Charles Mozaré (1970), emérito *annaliste* da segunda geração, tem um ensaio emblemático sobre o assunto, com o revelador título de *O acontecimento como dado*. Esse texto, brilhante como outros de sua autoria, opera no âmbito estrito da teoria da história e pode ser muito elucidativo para nosso trabalho de entendimento do conceito de acontecimento. Em primeiro lugar, ao diferenciar acontecimentos humanos e naturais, ponto que não será aprofundado aqui. Interessa-nos particularmente a questão da relação entre os fatos, ou, como se pode chamar, a questão da causalidade histórica.

Além daqueles acontecimentos que Mozaré chama dos “fatos brutos da natureza”, há os acontecimentos propriamente “históricos”, que ele entende serem mais “cerebrais”, porquanto são reconstruídos na mente do historiador, que pode ser definido como um pensador à procura de causas. Mozaré está preocupado em como o historiador estabelece a relação entre os fatos. A ciência, nesse sentido, seria nada mais que a capacidade intelectual a que chegou o ser humano de simbolização da reprodução infinita de acontecimentos idênticos:

[nos primórdios da existência humana histórica] o homem já tinha separado da reprodução infinita de acontecimentos idênticos, sinais banalizados e laicizados que usavam maquinalmente no cotidiano e que davam a seus gestos operários, como à suas negociações e, evidentemente, à sua linguagem, a eficácia prática. *Antes mesmo de começar o que chamamos de história, estava já constituído um conjunto de conhecimentos aprovados, testemunha de obscuras correlações geradoras de lógicas como de significações simbolizadas.* A humanidade, a seguir, continua a depender dos acontecimentos e os espreita, mas não cessa de aumentar o nó das significações auto-criadoras, operatórias. *A mistura de acontecimentos e significações deixa à emoção do mistério uma animação essencial, mas torna, também, a ação mais eficaz, graças ao pensamento conceitual.* (MOZARÉ, 1970, p. 53. Grifos meus)

Existem, pois, duas categorias de acontecimentos: aqueles que Mozaré chama de “brutos”, uma coação da natureza exercida sobre o homem de modo a constrangê-lo, impor-lhe limites; na segunda categoria, o homem já descobriu as expressões latentes, as sintaxes pertinentes entre os acontecimentos. Ambas concorrem para educar o homem: “a primeira, de preferência adequada às emoções, elabora-as, a segunda implica um universo de leis certas que a razão desconhece” (Mozaré 1970, p. 54).

Ora, o que Mozaré está a nos ensinar? Que existe uma grande desordem dos fatos concretos e que a história, para tornar-se científica, deve buscar nesse caos os encadeamentos de causa e efeito. O objetivo maior do historiador seria, então, a busca da causalidade que se estabelece entre os acontecimentos.

Em cada acontecimento, o tempo se faz presente quer como ciclo – o dos instantes, dos dias, ou estações –, quer como uma linha que não retrocede. Leva a distinguir tudo quanto se repete absolutamente: pedra que cai, colheitas que se renovam, casais que criam descendência, gerações que se revezam, daquilo que muda irreversivelmente: envelhecimento dos seres, dos povos, dos sistemas de governo ou de representação. (MOZARÉ, 1970, p. 53)

Os historiadores devem usar essas marcas do tempo, as datas, como balizas do entendimento histórico. As cronologias são o instrumento para tanto: para localizar os acontecimentos no tempo; em seguida, o historiador deverá buscar suas conexões (causais). Mas as datas não se referem a qualquer substância, pois o acontecimento não é jamais algo indivisível. Presta-se, passado o momento de surpresa, ao relacionamento, comparação, estabelecimento de cadeias causais que explicam como se tornou inelutável o que havia sido imprevisível...

São as causas, as relações entre os acontecimentos, o que interessa ao historiador. Neles, assume desmedida importância o acaso. Como se explica o acaso? O acaso não se explica: ele serve para explicar – ele é a própria substância da história. Diz Mozaré (1970, p. 57):

As lições adquiridas não foram sem conseqüências na interpretação de acontecimentos desde então sentidos diferentemente.

[...] Assim se faz no dia seguinte ao acidente, *o choque de duas trajetórias antes independentes*; ou então uma doença, irrupção de uma colônia infecciosa em um órgão vivo; é também depois de um acaso feliz, ajustamento de prazeres ou agradável combinação de circunstâncias, mais ou menos esperadas. *E, no entanto, doenças e acidentes devidamente categorizados propiciam médias estatísticas, apresentadas para previsões globais.* (Grifos meus)

Em outro artigo contíguo a esse assunto, Mozaré (1970) define de outra maneira aos acontecimentos: se eles nos parecem, à primeira vista, afetados de desordem, são, na verdade, conflitos de ordens. Assim como podemos entender que não existe o acaso; este é, antes de qualquer coisa, a interseção, o encontro de duas séries causais independentes...

#### O diferencial teórico braudeliano: acontecimentos e duração social

Podemos atribuir a Braudel o mérito de ter sido um dos primeiros, senão o primeiro historiador a buscar estabelecer o estatuto teórico do tempo na prática historiográfica. Ao proceder à “filtragem” do tempo,<sup>1</sup> que deixou de ser único para pulverizar-se em múltiplas temporalidades, Braudel estabeleceu sua própria hierarquia entre os tempos, a qual guardava em si a chave da dinâmica histórica: o tempo breve, tempo do acontecimento; o tempo médio, das conjunturas e a longa duração das estruturas, determinante de todos os demais.

Sua reflexão longe estava de fortuita, exercício de livre pensar. Em 1958, Braudel pugnava contra adversários muito claros: por um lado, os positivistas, senhores do tempo breve, prisioneiros dos acontecimentos; por outro, nomeadamente contra Levi-Strauss e sua antropologia estrutural, que ameaçava a história, exilando-a para fora das estruturas imóveis, únicos lugares onde poderia entrar a ciência.

Percebamos algumas definições braudelianas.<sup>2</sup> Para Braudel, a história tradicional restringiu-se à narrativa do tempo breve, que seria o tempo do indivíduo e do acontecimento, produtora de narrativas espetaculares e dramáticas, porém de pouco fôlego.

A “nova história” de Bloch e Febvre teria operado um deslocamento do observatório para outros tempos, particularmente para o tempo dos ciclos, das conjunturas econômicas e sociais, inaugurando uma nova

modalidade narrativa, a das conjunturas, que descreve o passado em função dos aumentos e quedas cíclicas de preços ou movimentos populacionais, dividindo o passado em períodos mais amplos que os dos acontecimentos. Mas, mais importante que essas duas temporalidades, que seriam ilusórias, enganadoras, seria o tempo da longa duração, de amplitude secular, determinante dos demais.

Porém, o próprio Braudel (1986) indica a fluidez desses conceitos, como o de acontecimento. O desejo de Braudel era de circunscrevê-lo no tempo breve, na curta duração: “o acontecimento é explosivo, ruidoso. Faz tanto fumo que enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas, apenas se vê sua chama”. O perigo mora em que o “acontecimento” pode desenrolar-se na longa duração. Por exemplo, no feixe de suas relações e desdobramentos, indício de movimentos mais profundos: “Extensível até ao infinito, une-se, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, inseparáveis aparentemente, a partir de então, uns dos outros”.

Para fugir desse perigo conceitual, Braudel propõe a distinção. Em vez de usar “dos acontecimentos”, usar “tempo breve”, que seria “a medida dos indivíduos, da vida quotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência; o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista” (BRAUDEL, 1986, p. 17). Adverte, porém, que a crônica e o jornal oferecem, ao lado dos grandes acontecimentos, os chamados “históricos”, os acontecimentos mezinhos da vida cotidiana, justamente aqueles a que se consagrou a *nouvelle histoire* da terceira geração dos Annales:

Um incêndio, uma catástrofe rodoviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. É, pois, evidente que existe um tempo breve de todas as formas de vida: tanto econômico, social, literário, institucional, religioso e inclusive geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político. (BRAUDEL, 1986, p. 11)

O passado é constituído por essa infinidade de pequenos acontecimentos, de pequenos fatos, ora mais ora menos resplandecentes; aqueles microfatos com que a sociologia e a sociometria de sua época, às quais ele vai criticar veementemente na seção sobre as “matemáticas sociais”, fazem a massa do seu pão.



Perceba-se aqui a fluidez conceitual de Braudel. Ele vinha chamando a atenção para o fato de que não se podem identificar os acontecimentos ao tempo breve, pois aqueles podem acontecer na longa duração. Mas, acima, ele define um pelo outro: “A ciência social tem horror do acontecimento. Não sem razão: o tempo breve é a mais caprichosa, a mais esmagadora das durações” (BRAUDEL, 1986, p. 18).

Mas, ao fim e ao cabo, ele acaba cedendo ao conceito vulgar de acontecimento como fato efêmero que pulula na esfera do político, praticada pela historiografia tradicional e da qual os historiadores devem desconfiar, ainda que advirta, sem muita convicção, que “a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-lo” (BRAUDEL, 1986, p. 19). De fato, a emergência dos Estados nacionais, tal como estudada por Elias ou Weber, é um fato político, porém processual, que se verifica na longa duração. Contudo, é notório que a historiografia positivista trabalhou o fato político, o “grande acontecimento”, sempre no tempo breve.

#### Pomian: o acontecimento na rede das estruturas

Um outro autor que procurou escrutinar tanto o conceito de acontecimento como o de estrutura é Krzysztof Pomian (1990). Seu ensaio sobre os acontecimentos é interessante porque historia as diversas concepções de acontecimento desde o século XVI, a rigor, desde o manifesto-desdém de Voltaire aos acontecimentos identificados com os fatos políticos comezinhos (LOPES, 2000). Revê vários pensadores, desde o século XVII até o XX, mostrando concepções críticas ao acontecimento, como a de Voltaire. É como se ele fosse buscar na história do pensamento uma legitimidade histórica para renegar o acontecimento, que é o que efetivamente faz a seguir.

A coisa se coloca, finalmente, na dualidade de concepção do fato como coisa em si, único e singular, ou como fenômeno, parte de uma série, indicativo de uma tendência geral que permite à ciência a formulação de leis.

Será em outro artigo, voltado à história das estruturas, que Pomian (apud LE GOFF, 1993) vai lançar sua concepção de acontecimento. Nela é flagrante a desvalorização do acontecimento na operação histórica, assim como a concepção do acontecimento como dado. De acordo com

o autor, a crítica a Braudel na última parte de seu livro, dedicada aos acontecimentos, não se encaixa bem às anteriores, é pertinente, pois as primeiras têm objetos que engendram explicações, enquanto os acontecimentos não têm essa propriedade. Trabalha ainda com a idéia braudeliana de que o tempo breve é determinado por tempos mais distendidos.

Na medida em que é abordado em toda a sua unicidade, um acontecimento não dá ensejo a nenhuma explicação: ele sucedeu, e só se pode constatá-lo [...] Os acontecimentos são engendrados, portanto, pelas estruturas e pelas conjunturas. Eles são as rupturas de equilíbrio ou restabelecimentos deste. [...]

Estruturas, conjunturas, o factual: a tripartição braudeliana do tempo da história não coincide, como se vê, com a de Labrousse. As variações sazonais pertencem à estrutura, porque sua repetição de ano a ano constitui uma das características duradouras das antigas economias, sociedades e civilizações. Os movimentos seculares e oscilações cíclicas se situam, em contrapartida, do lado da conjuntura. Quanto ao factual, uma harmonização dos ensinamentos de Braudel e Labrousse leva a repeli-lo para a margem, ou até mesmo a não se interessar em absoluto por ele. De fato, o novo questionário dos historiadores, que indica as direções da pesquisa a partir dos anos 40, é organizado em torno da oposição entre estrutura e conjuntura. (apud LE GOFF, 1993, p. 14)

Daqui se tira uma concepção preconceituosa de acontecimento, construída contra aquela acepção que vinha desde os positivistas do século XIX, que identificava acontecimento ao fato único e singular. Faltava levar mais adiante a operação de desconstrução operada por Braudel no tempo histórico e decompor os acontecimentos, para poder enxergá-los como tramas complexas onde entrecruzam séries diversas de estruturas e temporalidades.

O singular e o repetitivo: a história arte ou ciência

Antes de chegarmos às tramas de Paul Veyne, vou lembrar um autor bastante citado pelas gerações do pós-guerra: Joseph Hours. Ao levantar a velha questão de se a história é ou não ciência, Hours (1978) volta ao entendimento comum de que a ciência procura nos aconteci-

mentos as analogias que nele se apresentam, o que se repete, para fazer daquele acontecimento a manifestação de um fenômeno regular, do qual se podem deduzir leis que o encaixem num sistema, enquanto a história lidaria com o que é único e singular... Nesse sentido, a história deveria constituir-se em contrapeso da ciência, pois quem busca a história não é o cientista, mas o homem de ação (resquício do *historia magistra vitae*). Partindo dessa oposição entre ciência e história, fundada em diferentes concepções de acontecimento (científico: que busca a repetição para formular leis; e histórico, que lida com o singular para preparar o homem para a ação), Hours (1978, p. 100) chega a uma definição borgeana do que seria o “fim” último da história:

Ela [a história] nunca atingirá o seu fim, sem dúvida, porque o fim ideal da história, temos que dizer com Gabriel Monod, seria reconstituir na série dos tempos a vida integral da humanidade... e para isso teria que retrair o conjunto das manifestações da atividade e do pensamento humano, considerados na sua sucessão, no seu desenvolvimento e nas suas relações de conexão ou de dependência.

Isso lembra um pouco aquele conto de Borges, em *História universal da infâmia*, em que um sujeito pretendia fazer um mapa do mundo em escala 1 x 1, onde tudo estivesse precisamente em seu lugar. É importante mencionar essa concepção, pois muitos historiadores, até hoje, “patinam” nela. Muitos, como Paul Veyne, que veremos a seguir, afirmam a impossibilidade de uma história global, ou de uma teoria totalizante da história, por entenderem que total significaria reproduzir todos os “acontecimentos”, “grandes e pequenos”, “históricos” e cotidianos, numa única narrativa. Seria como a concepção de uma biografia em cuja narrativa se pretendesse reproduzir cada minuto da vida do biografado. A total falta de compreensão do papel da teoria está na base de tais concepções.

Veyne: o acontecimento na narrativa ou a falácia da trama

Com Paul Veyne (1982), aproximamos acontecimento e narrativa. Para ele, meio franco-atirador dentro da terceira geração dos *Annales*,

com a qual o próprio não se identifica, a história não passa de uma narrativa verídica, na qual se encontram dois tipos de eventos.

Quanto aos eventos históricos, cabe ressaltar que estaremos sempre entendendo os “eventos humanos que têm o homem como ator”. Veyne caracteriza os eventos como humanos, mas não é propriamente a presença humana que define a essência ou os fins da história – mas sim o seu modo de conhecimento. Há duas possibilidades de fatos humanos (portanto, Veyne parece equivaler o conceito de evento com o de fato): “Ou bem os fatos são considerados como individualidades, ou bem como fenômenos por detrás dos quais procura-se uma constante escondida” (VEYNE, 1982, p. 31). Permanece, em Veyne, o conflito sobre o caráter e o alcance da “ciência histórica”, se ideográfica ou nomotética.

O ímã atrai o ferro, os vulcões entram em erupções: fatos físicos onde alguma coisa se repete; a erupção do Vesúvio em 79: fato histórico tratado como evento. O governo Kerenski em 1917: evento humano; o fenômeno do duplo poder no período revolucionário: fenômeno que pode repetir-se. *Se consideramos o fato como evento é porque julgamos que o próprio fato é interessante; se nos interessamos por seu caráter repetitivo, ele é, apenas, o pretexto para a descoberta de uma lei.* (VEYNE, 1982, p. 35. Grifos meus)

A história é uma síntese narrativa de eventos, jamais revividos pelo historiador: o vivido não é o dos atores, mas uma narração. A história não é uma síntese explicativa, mas uma síntese narrativa, que faz com que “um século caiba numa página”.

Outro ponto fundamental da sua concepção de acontecimento é que os conhecemos sempre indiretamente, por meio dos documentos. Os eventos não podem ser apreendidos direta e integralmente, mas incompleta e literalmente, por meio de indícios ou testemunhos, uma vez que a história é conhecimento mediante documentos. Assim, a narração histórica situa-se “para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o evento”.

Enfim, o historiador lida mesmo é com fatos singulares:

A história – é fato – presta-se mal a uma tipologia e não se podem descrever tipos bem caracterizados de revoluções ou de culturas

como fazemos com uma variedade de insetos; porém, mesmo que não fosse assim e que existisse uma variedade de guerras da qual pudéssemos dar uma longa descrição de várias páginas, o historiador continuaria contando os casos individuais pertencentes a essa variedade. (VEYNE, 1982, p. 14)

Portanto, para Veyne, a história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance. Só se diferencia dele num ponto: a história é um romance verdadeiro.

Ao afirmar seu mais conhecido adágio, segundo o qual “tudo é histórico, logo, a história não existe”, embora nuançando-a, Veyne reitera a visão equivocada da história como “mosaico” e do historiador como “coleccionador”, a quem incumbe preencher as lacunas do quebra-cabeças. Parte da noção de descontinuidade de Levi-Strauss: a história seria constituída por um conjunto, descontínuo, formado por diferentes domínios, cada qual com sua própria freqüência, aos quais corresponderia uma espécie de hierarquia.

Prova disso é a definição da “natureza lacunar da história”. O historiador não conhece seu objeto (o Império Romano, por exemplo), mas aquilo que ainda se pode saber sobre ele:

Por baixo da superfície tranquilizadora da narrativa, o leitor, a partir do que diz o historiador, da importância que parece dar a este ou àquele tipo de fatos (a religião, as instituições), saber inferir a natureza das fontes utilizadas, assim como as suas lacunas, e essa reconstituição acaba por tornar-se um verdadeiro reflexo; ele adivinha o lugar de lacunas mal preenchidas, [...] Sabe, sobretudo, que, de uma página para outra, o historiador muda de tempo, sem prevenir, conforme o “tempo” das fontes, que todo livro de história é, nesse sentido, um tecido de incoerência, e que não pode ser de outro modo. (VEYNE, 1982, p. 18)

O historiador torna-se um coleccionador, que “caça” seus fatos, não importa, com uma pinça ou uma espingarda. Os fatos, pequenos ou grandes, visíveis ou não aos que os experimentaram, existem em si mesmos, ocultos na floresta densa do cotidiano ou nas profundezas obscuras da longa duração. Veyne mantém a idéia de fato como migalha e do historiador como coleccionador; o problema residiria na dificuldade

de estabelecer critérios de significância, de importância entre a miríade de fatos entre os quais o historiador irá “pescar” ou “caçar” os que lhe interessam para compor sua narrativa. Mesmo que, para além do factual ordinário da esfera política, encontremos, como hoje, o não-factual: economia, sociedade, civilização. A questão é, então: o que e quanto cabe no factual? A postura de Veyne se explicita nessa resposta:

Ora, quanto mais se alarga, a nossos olhos, o horizonte factual, mais ele parece indefinido: tudo o que compõe a vida quotidiana de todos os homens, inclusive o que só um virtuoso do diário íntimo discerniria nela, tudo isso constitui, de direito, caça para o historiador, pois, em que outra região do ser que não na vida quotidiana, dia após dia, poderia refletir-se a historicidade? [Isso significa que] um acontecimento só é conhecido mediante indícios e que qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento (que esteja catalogado, quer durma, ainda, na floresta do não factual). (VEYNE, 1982, p. 22)

Aqui se registra o conservadorismo de Veyne, segundo o qual “a história é uma idéia-limite”. Mais uma vez, o autor reafirma sua concepção do acontecimento como unidade da história, e a história como exposição narrativa de séries causais de acontecimentos.

Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e veremos que também não convergem para um geometral de todas as perspectivas. A idéia de história é um limite inacessível, ou, antes, uma idéia transcendental. (VEYNE, 1982, p. 23)

Ora, porque tudo é história, cabe ao historiador promover a seleção do que deve ou não caber em sua trama. Isso explicita a concepção de acontecimento tanto de Veyne como de outros autores que veremos a seguir. Essa concepção permanece a mesma desde os positivistas do século XIX: aquela segundo a qual o acontecimento é um dado, cabendo ao historiador “caçar”, “pescar”, de alguma maneira coletar. A contribuição do historiador, segundo Veyne, reside na articulação entre os fatos, no estabelecimento das tramas narrativas que os ligarão.

## Problematizações

Como se vem observando, é mais ou menos consensual o entendimento de que os acontecimentos existem, objetivamente, como dados. Os historiadores fazem deles diferentes usos conforme sua visão de que os fatos são únicos e singulares ou manifestações de fenômenos que se repetem. Segundo a predileção, cabe ao historiador caçar esses fatos, ou peças do mosaico, para narrá-los e/ou estabelecer as tramas (causais) que os ligam. Nesta seção, vamos aprofundar essa questão da “realidade” ou “objetividade” do fato; tentar também perceber se há nuances conceituais sérias para fazer a distinção entre “fato” e “acontecimento”; ver como se costuma justificar o caráter histórico do fato e como, neste ponto, perpassam questões ligadas à construção da memória e do exercício do poder.

### A objetividade do acontecimento

Em um clássico ensaio “O historiador e seus fatos”, E. H. Carr (1989) começa citando duas possíveis respostas à questão sobre que é a história:

a) a de Lord Acton, no final do século XIX – como o registro do maior número possível de acontecimentos, em busca de uma “história definitiva”;

b) a de George Clarck, de 1957, que enfatiza a impossibilidade daquela utopia, em função da inevitável reescrita da história a cada geração.

Nessa contradição estaria o caminho para a reflexão: um, positivo, reflete o espírito vitorioso da Europa do final do XIX; o outro, o ceticismo da geração *beat*. Portanto, é o confronto de duas visões de mundo, o reflexo de uma mudança global da própria sociedade.

O século XIX foi o século dos fatos, quando se assistiu ao fetiche do acontecimento, muito estimulado pela postura dos positivistas. Na Inglaterra, isso fora catalisado pela tradição empirista dominante na filosofia britânica. De acordo com Carr (1989), a teoria empírica do conhecimento implica uma separação completa entre sujeito e objeto.

Fatos, como as impressões sensoriais, impõem-se, de fora, ao observador e são independentes de sua consciência. Assim entendido, o processo de recepção seria passivo: recebidos os dados, então se atua sobre eles. Tal concepção era presente no *Oxford Shorter English Dictionary*, onde fato é definido como “dados da experiência distintos das conclusões”. Isso é o que se pode chamar de “senso comum” da história, entendida como um “corpo de fatos verificados”. No limite, temos a perspectiva de Acton, segundo a qual “nosso Waterloo deve ser tal, que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira”.

Evidencia-se aí o entendimento da história como um “caroço de fatos envolvido por uma polpa discutível de interpretação”. De qualquer modo, fica clara a concepção da aderência do fato a uma realidade histórica, seja isso lá o que for.

Definições do acontecimento: o fato como dado da realidade

Tal concepção, pode-se afirmá-la sem hesitação, foi hegemônica nos séculos XIX e XX, embora as posições em contrário datem também do mesmo período. Basta percorrer importantes manuais de pesquisa histórica – como os de Pierre Salmon (1979), Jean Glénisson (1983), ou mesmo os famosos *Os métodos da história*, de Cardoso e Brignoli (1980), que formaram gerações de historiadores – e a encontramos lá. Como bem lembra Glénisson (1983, p. 123):

É um fato; “apoiamo-nos na autoridade dos fatos”; “os fatos falam por si”; eis aí expressões consagradas, que encerram discussões e tranquilizam historiadores. Realidade evidente, acontecimento cuja autenticidade é indiscutível, o “fato” parece corresponder a uma noção tão clara, a ponto de dispensar, geralmente, reflexões mais profundas concernentes ao sentido da palavra.

De fato, quando a história pretendeu equivaler-se às ciências naturais, como a física ou a química, achou que o caminho fosse apoiar-se na segurança da realidade do fato histórico, assim como aquelas ciências se apóiam também em dados reais da experiência. A segurança esbarraria, a princípio, na diferença essencial do fato científico, suscetível



de repetição, como é o fato histórico, único e singular. A repetição, no caso dos fatos da natureza, permitiria ao cientista formular leis, estabelecer constantes, enquanto o historiador trata com fenômenos irreversíveis. Esse entendimento de Glénisson – reiteração de clássica formulação de François Simiand (1996, p. 83-119), que identifica o fato histórico ao acontecimento, o do fato considerado como dado, coisa, localizado no tempo e no espaço – é o senso comum entre os historiadores até hoje.

#### A redenção positivista ou a paternidade contestada

Costuma-se atribuir tal concepção aos chamados historiadores “positivistas”, ou metódicos, ou cientificistas, como se preferir. Acho que não há problema em reconhecer um certo realismo do fato em suas formulações. Mas quero abrir um parêntese aqui para relativizar um pouco essa suposta paternidade teórica. Vamos, então, ao bom manual de *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos (1946), que se tornou, um pouco preconceituosamente, uma espécie de antibíblia dos historiadores, que a eles se reportam, muitas vezes, com críticas para mim impertinentes (como é o caso de Aguirre Rojas, 2002). Vou fazer o papel de advogado do diabo, para tentar mostrar que as coisas não são bem assim e os famigerados positivistas merecem uma leitura menos condicionada. Também vou procurar mostrar como neles se constata uma diferença conceitual básica, muito mais rigorosa que em outros autores, como Braudel por exemplo, entre “fato” e “acontecimento”.

Langlois e Seignobos (1946) são, de fato, intransigentes na busca de tornar a história uma ciência. E o que fazia a ciência no século XIX? Ela analisava, dividia em partes para conhecer melhor e depois reordenava os fragmentos segundo um padrão lógico. Por isso, a ciência da história para os metódicos se fundava em dois conjuntos de procedimentos: as operações analíticas (as críticas internas e externas) e as operações sintéticas (basicamente o grupamento de fatos, a construção das fórmulas gerais e a exposição).

O conhecimento histórico, também para Langlois e Seignobos, é algo específico, possui suas condições próprias de inteligibilidade. Trata-se de um conhecimento indireto, mediado pelos documentos, que são os traços deixados pelos homens no tempo. Não importam muito, aqui, as

rigorosas construções de exegese documental. Para que se interrogam os documentos? Para saber sobre os fatos históricos. A crítica, sozinha, não nos permite conhecê-los. Essa atividade inscreve-se nas “operações sintéticas”, que pressupõe determinadas “condições gerais da construção histórica”. Porém, a crítica dos documentos nos dá, apenas, fatos isolados. Para organizá-los em um corpo de ciência, devemos proceder a uma série de operações sintéticas.

É importante destacar, de início, que “fato” não se confunde com “acontecimento” histórico, na escola metódica. Ainda que os fatos, ali, provenham dos documentos, eles possuem natureza diversa: “num único documento encontramos fatos de linguagem, de estilo, de doutrina, de costumes, de acontecimentos” (Langlois e Seignobos, 1946, p. 149). A ciência deve proceder à triagem dessas espécies de fatos por meio de uma classificação. Também os fatos se apresentam em graus muito diversos de generalidade, localizados no tempo e no espaço. Enfim, os fatos, tais como “sacados” aos documentos, configuram uma “massa muito heterogênea” de matéria. Cabe ao historiador classificar e ordenar os fatos a partir de um questionário inicial. Essa orientação nos leva a questionar o quadro quase caricatural que a crítica sempre pintou dos historiadores metódicos, no sentido de que eles apregoavam a anulação do historiador do ato do conhecimento. Não, a ingerência do historiador acontece logo de início:

pela própria natureza de seus materiais, a história é imperiosamente subjetiva. Seria ilegítimo estendermos a esta análise intelectual de impressões subjetivas as regras da análise real de objetos reais. (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946, p. 44 ss)

Em função desse pressuposto, aqui os metódicos compartilham a tese básica do historicismo diltheyano, que procurou construir um nicho epistemológico próprio para as *Geisteswissenschaften*, com base em uma “crítica da razão histórica”:

A história deve fugir à tentação de imitar o método das ciências biológicas. Os fatos históricos são tão diferentes dos das outras ciências que, para estudá-los, é indispensável um método diferente de todos os outros. (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946, p. 37)

Assim, os documentos informariam sobre três categorias de fatos (e é aqui onde encontramos o “acontecimento”): 1) seres vivos e objetos materiais; 2) os atos dos homens (individuais e coletivos); 3) os motivos e concepções (o que moveria os homens a agir, causalidade).

Fatos materiais, atos humanos individuais e coletivos, fatos psíquicos, eis todos os objetos do conhecimento histórico; não se observam diretamente; são, todos, *imaginados*. Os historiadores – quase todos sem disso terem consciência e acreditando que observam realidades – operam sempre e apenas sobre imagens. (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946, p. 38)

Portanto, rompendo com a visão assentada da suposta “positividade” dos historiadores positivistas, os acontecimentos históricos inserem-se na segunda categoria dos fatos, a dos atos humanos. Mas não bastam os homens e seus atos, isoladamente: a sociedade está em permanente evolução e cabe aos historiadores pensar os fatos em seu devir, como processos.

Em suma, o plano geral da construção histórica obedeceria à seguinte ordem, para os metódicos: a seleção dos materiais; a construção imaginativa dos fatos; seu agrupamento num quadro referencial; o preenchimento das lacunas, por raciocínio; o reagrupamento dos fatos em fórmulas gerais, que conduziria às conclusões últimas da história e a coroaria de um ponto de vista científico. Faltaria apenas a exposição.

Está pressuposto nessa rotina o entendimento de que o historiador aspira à reconstrução da história *wie es eigentlich gewesen*, tal como ela aconteceu. Mas a função metódica do historiador é coletar os fatos encontrados *in natura* num completo caos e ordená-los numa lógica, a partir de um princípio que oriente a triagem, o enquadramento e a ordenação dos fatos. Estamos falando da construção de um fichário. Ao discutir o “grupamento dos fatos” e a melhor maneira de fazê-lo, os autores propõem um quadro geral de classificação dos fatos históricos, fundado na natureza das condições e manifestações humanas. Seriam os fatos ligados a condições materiais, hábitos intelectuais, costumes materiais, costumes econômicos, instituições sociais, instituições públicas.

Esses grupos devem, depois, ser reordenados de modo a permitir, em cada ramo, a criação de seções cronológicas, geográficas e nacionais.

Mas, onde está a famosa identificação de fato e acontecimento histórico que a crítica dos positivistas lhes imputou? Esboroou-se. Uma pista para esclarecer a identificação reducionista feita pela crítica posterior entre fato e acontecimento pode ser buscada na discussão feita pelos metódicos: determinar se a história é ou não uma ciência, considerando que ela trata de fatos únicos e singulares. Ora, nesse ponto, a história aproximar-se-ia da cosmografia e da geologia, não visando “ao conhecimento abstrato das relações gerais entre os fatos, mas ao estudo explicativo da realidade; ora a realidade só existe uma vez” (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946, p. 172). Como só há uma evolução da terra, da vida animal e da humana, que sucederam não a partir de leis abstratas, mas do concurso do acaso, a história também tem como objeto uma sucessão de acidentes. O acaso move a história. Dentro dela, ganha relevo um tipo especial de móvel das transformações, que assenta na vontade e na ação dos grandes homens. “Devemos, portanto, no quadro da história, atribuir um lugar aos personagens e outro aos acontecimentos” (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1946, p. 173). Essa concepção deitou profundas raízes na historiografia posterior.

*Instituição do acontecimento, construção da memória e relações de poder*

Antes de entrarmos no cerne da nossa questão, que é a concepção de “fato” definido por seu atributo especificamente “histórico”, parece apropriado destacar um ponto importante, que é a questão da instituição do fato como elemento da memória coletiva e de instrumento das relações de poder.

Nessa direção, a reflexão abrange um campo vastíssimo, que passa pela criação de instrumentos de marcar o tempo, como meio de fixar os registros de memória por parte das diversas configurações sociais, no passo de um processo civilizador. Aqui eu remeto diretamente ao ensaio seminal de Elias (1989), ao qual não pretendo voltar. Basta a lembrança da superação do vício gnosiológico original, que dá vida a duas concepções supostamente antagônicas do tempo: uma objetivista, de acordo com a qual o tempo existe independentemente de qualquer sujeito cognoscente; e outra subjetivista, de acordo com a qual o tempo consiste numa síntese *a priori* do pensamento humano. O vício apontado

por Elias reside em que ambas firmam-se numa relação cognitiva obsoleta, que separa sujeito e objeto, homem e natureza, que dá origem a um tempo humano (subjetivo) e a um tempo natural (objetivo).

Será mais objetivo remeter a discussão diretamente a Koselleck (1993, p. 14), que também questiona, por outras vias, a singularidade de um único tempo histórico, diferenciado do tempo natural mensurável. O tempo histórico, se é que o conceito tem um sentido próprio, está vinculado a unidades políticas e sociais de ação, a homens concretos que atuam e sofrem, a suas instituições e organizações. Todas têm determinados modos de realização que lhes são inerentes, com um ritmo temporal próprio. Pense-se apenas, como um exemplo da vida cotidiana, nos diferentes calendários de festas que articulam a vida social, na mudança da jornada de trabalho e sua duração, que determinaram e determinam diariamente o transcurso da vida.

Essa demarcação “social” do tempo propicia o surgimento do que Mozeré (1970, p. 64) chamou dos “fatos memoráveis”. E o que é, como se constrói, qual a função social do “fato memorável”?

O acontecimento memorável se situa na encruzilhada de duas perspectivas: a de seu desenvolvimento aberto para o futuro e a da lembrança guardada do passado. Observando cada uma delas, lembrarmos-nos de que memória e iniciativa se misturam. Koselleck (1993, p. 112) dedica atenção especial a essa característica da consciência histórica na conjunção entre o que define como o “âmbito da experiência” e o “horizonte de esperança” (ou de expectativa) de cada época, no sentido de a consciência histórica iluminar o campo de ação dos indivíduos. Claro que sempre há problemas, no que tange à memória social. Como lembra Le Goff (1994), existem as perturbações da memória: amnésia, que não é só individual, mas que pode ser coletiva e gerar perturbações graves de identidade coletiva. Do mesmo modo, a memória está sujeita a manipulações, sobretudo no que se refere à produção do esquecimento, “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual” (LE GOFF, 1994, p. 427) – e que, eu diria, é extensivo à coletividade.

Jörn Rüsen (2001), enquanto formula sua “pragmática”, também avança nessa discussão, ao pensar a experiência do tempo como fundamento da auto-identidade, na origem da consciência histórica. Em

Rüsen, a consciência histórica é analisada como fenômeno do mundo vital, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. Meio weberianamente, propõe a tese de que

o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com o que é o caso. (RÜSEN, 2001, p. 56)

Em outros termos, o homem precisa estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. Portanto, vemos em todos esses autores a consciência histórica atuando como guia para a ação.

Mozaré (1970, p. 62), mais uma vez, estabelece a articulação entre tempo e ação, entre o acontecimento exemplar, cravado no retículo temporal da memória social, e a necessidade do impulso:

[...] o acontecimento só se torna memorável devido a uma certa maneira de ser excepcional, de suscitar além de seu desenrolar efêmero uma realidade durável, inscrita nos mapas e monumentos, introduzida nas leis e nos hábitos, feita também de comentários e de glosas. Após ter sido a espontaneidade do gesto, adiciona alguma coisa às instituições expressivas e protetoras de comportamentos médios, ele tende a constituir uma experiência exemplar. Seja qual for, o fato é mais cultural do que histórico.

Exemplos desse poder de permanência do acontecimento seriam as próprias maneiras de os homens demarcarem sua história por épocas verdadeiramente heróicas, falando do príncipe e de seu tempo como coisas sinônimas a ponto de se poder referir ao “século de Augusto ou de Luís XIV”, ou ainda à era vitoriana.

A inscrição na memória social acaba tornando a seleção um imperativo. As festas surgem, então, como balizas para manter vivas nas sociedades as lições dos acontecimentos e dos heróis passados. Mas não vamos avançar mais nesse ponto. Afastemos apenas, de chofre, concepções reducionistas que percebem fenômenos históricos, como as

festas, como ardis maquiavelicamente concebidos para ludibriar e dominar o povo incauto. Não, tais mecanismos sociais, como diria Elias (1989), funcionam, cumprem uma função de coesão social, contribuem para manter orgânicas as sociedades. Como lembra Mozaré (1970), quando cada momento do ano faz surgir uma lembrança, a necessidade de comemorar é tão imperativa quanto a particularidade do que se comemora.

### *Propriedades do histórico: seleção e intervenção*

Vamos, enfim, enfrentar o desafio de tentar definir o fato histórico, com base na crítica das posturas dominantes na historiografia. Dentro daquela perspectiva geral que podemos chamar de “senso comum” da história, temos, então, o entendimento predominante de que os fatos são dados que aguardam ser coletados pelo historiador, ressaltando que existem fatos de proporções diferentes, de dimensões diferentes. Aqui levantamos um ponto novo. O problema não seria tanto definir o que é o fato (usando-o como sinônimo para acontecimento), substantivo, mas o que lhe confere o *status* de histórico. O adjetivo é que estabelece o diferencial.

Resgatemos, pois, alguns autores, para ver como se equaciona a questão da operação de seleção do que seja ou não histórico.

Em um livro sobre o “valor da história”, muito divulgado no pós-guerra, Hours (1978) externa um entendimento, em linhas gerais, muito próximo ao proposto por Langlois e Seignobos (1946), segundo o qual os documentos registram os acontecimentos, ou pelo menos uma fração minúscula da totalidade dos fatos históricos. Para ele, o historiador que deseja conhecer o passado e não pode fazê-lo reviver procura ao menos ter uma representação dele, a mais próxima possível da realidade inefável. Mas nenhum golpe de vista vai conseguir abarcar a totalidade da história, assim como nenhum jornal diário consegue dar mais do que uma pálida idéia da realidade. A seleção impera.

O que o historiador faz, segundo Hours, é impor uma ordem aos documentos, no momento da seleção. A operação histórica seria, ao fim e ao cabo, uma ordenação mental (dos fatos), que pressupõe sua seleção e hierarquização por parte do historiador. Tal ordenação seria executada na narrativa:

Essa escolha, uma vez feita, fica a ordenar os pormenores assim acumulados. Porque o problema, nascido num primeiro e rápido exame dos fatos, encontra sua resposta na sua ordenação. Os acontecimentos são aí dispostos segundo uma sucessão no tempo e sua revisão constitui, segundo a definição de Voltaire, uma narrativa. (HOURS, 1978, p. 92)

Pois bem, essa operação narrativa-ordenativa ultrapassa o valor estético, já que a narrativa se constituiria numa série orientada de acontecimentos. Estes nunca seriam “absolutos”, pois uma narrativa lógica tem sempre um começo e um fim, um fecho e um desfecho; e, na história, haverá sempre algo antes do início e depois do fim da narrativa: “ora, essa ‘lógica narrativa’ é a da própria história. A história tem a sua maneira, a sua lógica no sentido de que procura a ordem de dependência, a gênese e a significação dos acontecimentos” (HOURS, 1978, p. 95).

Nesse ponto, Hours parece anteceder as formulações de Veyne (1982). O objetivo básico do historiador seria, então, mais do que recuperar os acontecimentos, restabelecer as relações de causalidade entre eles. Isso pressupõe: (1) que se admita a existência dos fatos como unidades de sentido; (2) que ao historiador caberia resgatar um conjunto de relações (de causalidade) entre os fatos, que já estaria inscrita na realidade histórica. Apenas nesse segundo aspecto se diferenciam as visões de Hours e Veyne: para Veyne existem os fatos, mas as relações entre eles são as “tramas” narrativas criadas pelo historiador.

Mesmo quem se apresenta numa posição teórica bem distante, tanto de um quanto de outro, como é o caso de Carr (1989), acaba compartilhando desse entendimento do “senso comum” da história, pelo menos no tocante à idéia de fato e à sua seleção. O que Carr entende como um problema é que nem todos os fatos são históricos ou tratados como históricos pelo historiador.

Mas, afinal, o que seriam então, para ele, fatos históricos? São aquilo que o senso comum quer: os acontecimentos que formam a espinha dorsal da história. Aqueles que o historiador, apoiado nas ciências auxiliares, tem a obrigação moral de resgatar com precisão. Os chamados fatos básicos, que são os mesmos para todos os historiadores, normalmente pertencem mais à categoria de matéria-prima do historiador do que à própria história (CARR, 1989). Um segundo problema é que a definição desses fatos básicos repousa não numa qualidade intrínseca



do fato, mas numa escolha do historiador. É o historiador, que decide, por seleção, o que é ou não histórico. Assim, o historiador é, necessariamente, um selecionador.

Daí decorre um grande problema: quem define os critérios de seleção de quais fatos são historicamente relevantes? Carr remete, então, ao exemplo da História Antiga, que nos dá a falsa impressão de que conseguimos reunir, num número limitado de volumes, todos os fatos que a compõem, como se a história fosse um grande quebra-cabeça, cabendo, então, ao historiador preencher as lacunas do mosaico.

### *Atributos do fato: percepção e linguagem*

Mas contra essa idéia do fato-evento – ainda dentro, porém, da concepção maior que propõe a objetividade do fato – surge um grande problema. Contra aquela concepção do fato-acontecimento unívoco, motor da história, muitos historiadores rebelaram-se. A ela se opuseram “as instituições e os costumes, elementos duradouros da matéria histórica” – enfim, aquilo que Braudel definiu dentro de uma “gramática das civilizações” – que seriam distintos do acontecimento, estritamente localizado no tempo e no espaço, do fato marcado essencialmente pela sua duração, como são as instituições. Aqui, como veremos, acontecimento e estrutura começam a confundir suas tênues demarcações.

Então, desde Langlois-Seignobos (1946), vigora o entendimento do fato como matéria-prima da história, independentemente de qual seja a natureza dos fenômenos estudados e independentemente do seu grau de generalidade (sejam fatos materiais conhecidos pelos sentidos, como condições materiais e atos dos homens; ou fatos de natureza psíquica, como sentimentos, impulsos, idéias).

A questão se complica em relação ao fato histórico quando a ênfase em sua definição recai, mais do que sobre o substantivo, sobre o que qualifica esse fato como histórico. Não basta dizer que algo é histórico porque pertence ao passado. Nem porque ele seja importante (definição fundada inevitavelmente em juízos subjetivos), em função de ter produzido conseqüências. Em um texto que marca até hoje a discussão, o antropólogo Levi-Bruhl, um dos fundadores dos *Annales* junto com Bloch e Febvre, afirma que o fato histórico deve reunir essas duas qualidades: a de ser fato passado e a de ser fato portador de conseqüências. Nesse

sentido, o fato acabará sendo, ao final, um fenômeno de opinião, que ultrapassa, em importância, o fato material que lhe deu nascimento. Segundo Lévy-Bruhl (1926, p. 53):

merecerá a qualificação de fato histórico todo fato passado tal como se refletir na consciência coletiva, e a importância histórica desses fatos medir-se-á pela importância que tiveram na seqüência dos fatos da mesma ordem.

Ora, o fato é mais do que cabe nessa definição, se pensarmos, por exemplo, que elegemos hoje fatos que escapavam à consciência dos povos passados! Toda a história estrutural, aquela que opera com fontes estatísticas e seriais, se firmou sobre esse pressuposto.

Por estranho que pareça, encontraremos posição teórica semelhante em quem se apresenta como crítico imperdoável das versões tradicionais da história: Paul Veyne. Ao tecer sua crítica ao historicismo, que diferenciava o que é ou não histórico a partir de juízos de valor – portanto, a partir de atitudes subjetivistas –, o corolário de sua crítica o leva de volta ao ponto de partida. O historicismo sustentaria que tal seleção obedece a critérios de valor inerentes aos próprios fatos, como se os eventos possuíssem em si atributos, valores, que permitiriam aos historiadores classificá-los como “históricos” ou “não-históricos”:

A todo momento, dão-se acontecimentos de toda espécie e o nosso mundo é o do vir a ser; é vão que alguns desses acontecimentos teriam uma natureza particular, seriam “históricos” e constituiriam a História. Ora, a questão inicial que o historicismo colocava era a seguinte: o que é que distingue um evento histórico de outro que não é? Como logo tornou-se evidente que não era fácil fazer-se essa distinção, que não se podia confiar na consciência ingênua ou na consciência nacional para fazer a separação, mas que não se conseguia fazer melhor do que ela e que o objeto do debate escapava por entre os dedos, o historicismo concluiu que História era subjetiva, que ela era a projeção de nossos valores e a resposta às perguntas que houvéssimos por bem fazer-lhe. (VEYNE, 1982, p. 26)

Mas Veyne, em vez de avançar sua crítica, recua para um pressuposto epistemológico muito duvidoso. Para ele, a resposta da corrente

historista não satisfaz, já que ela não distingue entre o histórico e o não-histórico, já que tudo é história – e, portanto a história não existe (o que não deixa de ser um mero jogo de palavras, com inspiração borgeana).

Ora, basta admitir que tudo é histórico para que esse problema torne-se, ao mesmo tempo, evidente e inofensivo; sim, a história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir, e porque o progresso do questionário histórico coloca-se no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se poder negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre. (VEYNE, 1982, p. 26)

Ora, dirá o crítico, a resposta de Veyne leva ao entendimento de que a história é inevitavelmente subjetiva em virtude do também inevitável “questionário” (obra do historiador), que circunscreverá o universo inefável da história, entendida como “todos os acontecimentos passados” – já que “tudo é história”. O velho entendimento de “totalidade” como acúmulo de “dados históricos”. O questionário seria o instrumento para operar a seleção do que vai entrar na composição da trama. Seguindo seu raciocínio:

Se tudo o que aconteceu é igualmente digno da história, esta não se tornaria um caos? Como um fato seria mais importante do que outro? Como tudo não se reduz a uma pintura cinzenta de fatos especiais? A vida de um camponês do Nivernais teria a mesma importância do que a de Luís XIV; esse barulho de buzinas que vem, nesse momento, da avenida equivaleria a uma guerra mundial... Pode-se escapar da pergunta historicista? É preciso haver uma escolha em história, para evitar a dispersão de singularidade e um indiferença em que tudo teria o mesmo valor. (VEYNE, 1982, p. 27)

Parece que lhe escapa justamente o princípio geral de ordenação, de reconstrução seletiva da realidade, por meio da antecipação teórica! Da maneira como argumenta Veyne (1982), tem-se a impressão de que os fatos possuem em si um “valor histórico”, menor ou maior, e que o problema se resolve com a “seleção”. Persiste a idéia do fato-coisa, objeto que se coleta... Ora, se os fatos são dados, o que cabe ao histo-

riador? Cabe-lhe estabelecer, pela via narrativa, a relação entre os fatos, o reencontro com sua organização: a trama, que não se encontra pronta, mas que é obra do historiador.

Aqui já podemos ir “amarrando” algumas considerações mais conclusivas. De qualquer modo, embora atribuindo à subjetividade do historiador a competência do estabelecimento da trama, fica claro que Veyne concebe a existência “material” do fato-coisa, que anseia ser içado do oceano do esquecimento para ser restituído à história, por meio da trama de um historiador-escritor. A arte da manufatura aqui estaria restrita apenas a essa operação da organização, do estabelecimento das correlações entre os fatos. Não deixa de fazer aí um entendimento de causalidade mecânica misturado com niilismo narrativista.

Eu acredito, para além de Veyne, que a intervenção do historiador é mesmo anterior: o historiador não apenas restabelece a trama das relações entre os fatos, mas (re)constrói o próprio fato. Para Veyne, a subjetividade da história é decorrência da seleção dos fatos:

É, evidentemente, impossível narrar a totalidade do futuro e é preciso fazer uma escolha; também não existe uma categoria particular de acontecimentos (a história política, por exemplo) que seria a História e se imporia a nossa escolha. É, pois, literalmente verdadeiro afirmar, com Marrou, *que toda historiografia é subjetiva: a escolha de um assunto de história é livre e todos os assuntos são iguais em direito; não existe História e nem “sentido da história”; o curso dos acontecimentos (puxado por alguma locomotiva da história verdadeiramente subjetiva) não caminha numa rota traçada...* (VEYNE, 1982, p. 29. Grifos meus)

Até aqui o helenista francês veio afirmando a objetividade do fato contra a subjetividade da trama. A partir daqui, ele se contradiz flagrantemente, negando o que afirmara da existência objetiva do turbilhão de fatos-coisa, diferentes quanto à sua dimensão e importância, perdidos no passado, os quais o historiador iria resgatar, a partir de critérios pessoais de seleção, para compor sua trama.

Os historiadores narram tramas, que são tantas quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, através do *campo factual*

*bem objetivo* (o qual é divisível até o infinito e não é composto de partículas factuais); nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte... (VEYNE, 1982, p. 29. Grifos meus)

Etecoetera. Mais embaixo:

Os acontecimentos não são coisas, *objetos consistentes, substâncias*; eles são um corte que realizamos na realidade, um aglomerado de procedimentos que agem e sofrem substâncias em interação, homens e coisas. [...] Os acontecimentos não existem, com a consistência de um objeto concreto. (VEYNE, 1982, p. 30. Grifos meus)

Essa contradição evidencia não mais que a extrema debilidade conceitual não só de Veyne, mas de todos os historiadores ao utilizarem as palavras como conceitos: o que se pretenderia distinguir quando se pensa em “campo factual bem objetivo” em contradição com “coisas, objetos consistentes, substâncias, objetos concretos”? Ora, tratando-se dos fatos históricos, confundem-se aqui, como em vários outros autores, duas instâncias independentes: uma que se refere ao plano ontológico da história e da sociedade; e outra que remete aos modos de conhecê-lo, ao plano epistemológico. De um ponto de vista materialista, pode-se efetivamente afirmar a existência ontológica da história – e dos fatos históricos, se quiser. Mas o historiador, em sua operação histórica, não tem a pretensão demiúrgica de restituir o acontecimento. O historiador procura se aproximar ao máximo dele, com a maior precisão, do acontecimento histórico, da história *wie es eigentlich gewesen*. Mas essa é apenas um horizonte utópico, e a reconstrução será sempre uma operação intelectual. O fato histórico, reconstituído pelo historiador, só existe no segundo plano, epistemológico. É o resultado de uma operação intelectual, que é moderada por regras metódicas preestabelecidas, amparada em fontes (ou indícios, ou vestígios). Não se trata de ciência, que seria uma atitude gnosiológica limitada e insuficiente para resolver o problema do conhecimento histórico, que lida com operações mentais e obstáculos operacionais infinitamente mais complexos do que os apresentados pela operação cientificamente regulada.

## Considerações finais

A concepção de acontecimento que vem sendo descrita até aqui é, em geral, dominante na historiografia. Aquela, segundo a qual “os ‘fatos históricos’ são os fenômenos materiais, as coisas que acontecem aos homens: os acontecimentos”. Concepção que vemos em Langlois-Seignobos (1946), mas também em Braudel (1986), Mozaré (1970), Veyne (1982), de acordo com a qual os fatos são fenômenos únicos e singulares e as condições únicas que cercaram e provocaram seu nascimento estão inscritas num tempo irreversível. Segundo Glénisson (1983, p. 124), “assimilado ao acontecimento, então o fato histórico surge como marcado pela unicidade. Excluído de qualquer repetição, revela-se como o elemento motor da história, como fator da transformação”. Essa concepção, como a de Veyne, indiferencia o acontecimento perceptível à consciência dos homens de uma época e os gestos mecânicos e cotidianos que caracterizam as civilizações.

Não obstante parece tratar de coisas diversas, esse é o entendimento sensorial, do fato-coisa. Um historiador, senão por uma astúcia do seu objeto, dificilmente irá elevar à categoria de “histórico”, um gesto cotidiano mecânico, banal, ou uma palavra lançada ao vento. A expressão “localizado no tempo e no espaço” é a manifestação de uma linguagem que pressupõe o fato-coisa, que “está lá”, dormindo ou escondido (na floresta, a espera de ser “caçado”, ou nas profundezas do oceano, esperando ser “fiscado” pelo historiador-colecionador). Na verdade, os fatos são não mais nem menos que um construto intelectual, uma armação teórica em forma narrativa. O que há de menos “concreto”, de menos “real” é o fato, ponto de chegada da operação histórica. Na construção narrativa do fato (depois das operações descritas por Ricouer, 2000), as delimitações espaço-temporais, as relações causais, as interpretações, serão elementos constitutivos do fato narrado. Portanto, confundem-se sempre a ontologia e a epistemologia da história. Os acontecimentos únicos e singulares passados não são o que se busca restituir quando se escreve um trabalho de história: são horizontes utópicos, inatingíveis, metas referenciais para a operação intelectual de reconstrução histórica; operação essa, mental, intelectual, balizada por documentos e instituída por metodologias, procedimentos e regras publicamente conhecidos e debatidos pela comunidade dos historiadores.

Em oposição a essa suposta “materialidade do fato”, como veremos, os teóricos costumam contrapor a “artificialidade das estruturas”. O entendimento comum do fato-coisa, gerado no momento de afirmação do conhecimento histórico que, na primeira metade do século XIX, pretendia instituir-se alçando foros de ciência, tranquilizava ao evidenciar a “realidade” do objeto do historiador, contra qualquer resistência dos cientistas ou qualquer deslize filosófico/metafísico. Contra esse falso consenso, é usual contrapor-se outro: o da “artificialidade” das estruturas. Um fato seria algo concreto – o ataque terrorista aos Estados Unidos, a destruição das torres gêmeas, acontecimento assistido por milhões de pessoas; já as estruturas seriam algo construído, uma arquitetura conceitual, uma armação teórica que o historiador criaria para articular os fatos e explicá-los em termos causais. No exemplo mencionado, o triste episódio do 11 de setembro, transmitido ao vivo pelo mundo afora, seria decorrência de diversos conflitos estruturais: econômicos, gerados pela má distribuição de renda e pelo aumento da desigualdade entre povos ricos e pobres; políticos, resquício do desmantelamento do mundo cindido pela Guerra Fria e pelas novas formas assumidas; culturais – ou civilizacionais –, que confrontam Ocidente e Oriente em termos de religião, estilo de vida etc.<sup>3</sup>

A tendência de crer na realidade do acontecimento e na artificialidade da estrutura é fundada numa ilusão gnosiológica. Acontecimentos e estruturas pertencem ambos ao mesmo plano gnosiológico: ambos são construtos intelectuais, ambos são elaborações teóricas que o historiador produz e das quais se utiliza para conhecer a história.

O conceito de acontecimento não estará satisfatoriamente enunciado sem a devida consideração a essa separação de planos, que se entrecruzarão, necessariamente, no ato da escrita histórica.

#### **Abstract**

This paper debates the event notion by reviewing its definition and meanings. Facts are intellectual buildings, a theoretical structure in a narrative form. The unique and singular events of past cannot be rescued by a historical work: they are utopical and unreachable horizons, myths for the intellectual operation of the historical rebuilding.

Key words: Event, fact, history.

## Notas

1. Uma verdadeira mudança paradigmática, como ensinaram Pomian, Koselleck e José Carlos Reis.
2. Há inúmeros exegetas da obra de Braudel, como Aguirre Rojas, E. Wallerstein, Maurice Aymard, Giuliana Gemelli, entre outros.
3. Essa concepção do senso comum na história é análoga à outra muito recorrente, presente na sociologia: a que proclama a “realidade”, a materialidade do indivíduo, contra a artificialidade da sociedade. A primeira seria “concreta”; a segunda, abstrata, um mero conceito, como classe ou outras formas de estratificação social. Elias (1993) já demonstrou cabalmente a impropriedade de tal distinção: o indivíduo só pode “individualizar-se” em suas relações com outros indivíduos, portanto, em sociedade; a sociedade é o conjunto das relações que ligam os indivíduos em configurações distintas.

## Referências

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. *Antimanual del mal historiador o como hacer una buena historia crítica*. México: La Vasija, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. *História e Ciências Sociais*. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Presença, 1986.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- CARR, E. H. *O que é história?* Tradução de L. M. de Alverga. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ELIAS, Norbert. *Sobre el tiempo*. Tradução de Guillermo Hirata. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1983.
- HOURS, J. *O valor da história*. Tradução de Rosa Henriques. Coimbra: Almedina, 1978.



KOSELLECK, Reinhart. Representación, Acontecimiento y estructura. *Futuro pasado*. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LÉVI-BRUHL, Henri. Qu'est ce que lê fait historique? *Revue de synthèse historique*, Paris, v. 42, p. 53-59, 1926.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LOPES, Marcos Antônio. *Voltaire historiador*. Campinas: Papyrus, 2000.

MOZARÉ, Charles. *A lógica histórica*. São Paulo: Difel, 1970.

POMIAN, Krzysztof. *El orden del tiempo*. Barcelona: Júcar, 1990.

\_\_\_\_\_. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOUER, Paul. *Le memoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seueil, 2000.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. *Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão C. de R. Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SALMON, Pierre. A noção de facto histórico. *História e crítica*. Coimbra: Almedina, 1979.

SIMIAND, François. Méthode historique et science sociale, *Annales ESC*, p. 83-119, 1966.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e M. A. Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1982.

WHITE, H. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1992.